



ACÓRDÃO Nº253/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11286/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Breno Viana Ortiz (Ordenador de Despesa) e Hisashi Toyoda (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Kely Patricia Paixao Silva – OAB/AM 9763.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4424/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB. Exercício de 2016.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular as Contas do **Sr. Breno Viana Ortiz**, Secretário da SETRAB entre 01/01/2016 a 22/02/2016 e 22/12/2016 a 31/12/2016;

10.2. Julgar regular com ressalvas as Contas do **Sr. Hisashi Toyoda**, Secretário da SETRAB entre 22/02/2016 e 22/12/2016;

10.3. Aplicar Multa com fundamento no art. 54, VII, da LO-TCE/AM c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Hisashi Toyoda** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), em virtude das falhas indicadas no item I, subitens “h”, “i”, “j” e “k”, da fundamentação do Relatório/Voto e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante



ACÓRDÃO Nº253/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Dar quitação ao Sr. Breno Viana Ortiz conforme permissividade do art. 23 da Lei n. 2.423/96;

10.5. Dar quitação, com fundamento no art. 24 da Lei n. 2.423/96, ao **Sr. Hisashi Toyoda** desde que este comprove o recolhimento da sanção pecuniária que lhe foi imposta;

10.6. Determinar à atual gestão da SETRAB que observe, com mais afinco:

- a) O art. 60 da Lei n. 4.320/64;
- b) O art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93;
- c) Os dados inseridos no E-CONTAS e no Sistema de Gestão de Contratos - SGC;
- d) As normas previstas pela Lei n. 8.666/93 quanto à realização de prévia licitação, dispensa ou inexigibilidade e do respectivo contrato ou instrumento similar, evitando-se a emissão de empenhos quando tais procedimentos não forem realizados conforme questionamento feito no Relatório Conclusivo n. 78/2019 acerca de contratação de segurança armada somente por meio de indenizatório quando havia licitante cadastrado em ata de registro de preço.

10.7. Dar ciência do desfecho atribuído aos autos à advogada do **Sr. Hisashi Toyoda** e ao **Sr. Breno Viana Ortiz**.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Março de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge

